**SUMÁRIO**

[1. Objetivo - 2 -](#_Toc492662956)

[2. Aplicação e Abrangência - 2 -](#_Toc492662957)

[3. Documentos de Referência e Complementares - 2 -](#_Toc492662958)

[4. Definições - 2 -](#_Toc492662959)

[5. Autoridade e Competências - 3 -](#_Toc492662960)

[6. Descrição - 4 -](#_Toc492662961)

[6.1. Descrição Geral do Processo - 4 -](#_Toc492662962)

[6.2. Validações e Cálculos do SGPP - 5 -](#_Toc492662963)

[6.3. Procedimento de Fiscalização (Monitoramento e Auditoria) dos CPPs e AIPs - 5 -](#_Toc492662964)

[6.4. Monitoramento do Processo - 9 -](#_Toc492662965)

[6.5. Prazos - 11 -](#_Toc492662966)

[7. Índice de Revisões - 12 -](#_Toc492662967)

[8. Anexos - 13 -](#_Toc492662968)

[8.1. Anexo I - Padrão de Processo - 13 -](#_Toc492662969)

[8.2. Anexo II - Matriz de Papéis e Responsabilidades - 14 -](#_Toc492662970)

[8.3. Anexo III - Indicadores de Performance do Processo - 15 -](#_Toc492662971)

[8.4. Anexo IV - Mapa de Interface dos Processos - 16 -](#_Toc492662972)

[8.5. Anexo V - Proposta de Cronograma para Revisão dos Processos - 17 -](#_Toc492662973)

1. **Objetivo**

O objetivo geral deste procedimento é detalhar e padronizar as atividades, entradas, saídas e interfaces do processo de Fiscalização (subprocesso: Monitoramento e Auditoria) relativo aos Contratos de Partilha da Produção (CPPs) e Acordos de Individualização da Produção (AIPs) de forma que o processo seja executado pelas áreas envolvidas seguindo as métricas estabelecidas nesses contratos.

1. **Aplicação e Abrangência**

Este procedimento se aplica ao processo de Fiscalização (subprocesso: Monitoramento e Auditoria) em todos os CPPs e AIPs. Esse processo funciona como um exame comprobatório relativo às atividades contábeis e financeiras dos recursos aplicados no consórcio pela (s) empresa (s) contratada (s). O sistema de suporte a esse processo será o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP).

1. **Documentos de Referência e Complementares**

* Procedimento de Governança da Pré-Sal Petróleo para Contratos de Partilha da Produção (PG.DGC.001)
* Sugestão de Modelo de Governança proposto pela KPMG
* Contratos de Partilha de Produção em vigor
* Regimento Interno do Comitê Operacional do (s) CPP (s) em vigor
* Acordos de Individualização da Produção (assinados) e seus Anexos
* Lei nº 12.304, 2 de agosto de 2010
* Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010
* Decreto nº 8.063, de 01 de agosto de 2013
* Decreto nº 2.705/1998
* Lei nº 9.478/1997

1. **Definições**

| **Sigla** | **Descrição** |
| --- | --- |
| AIP | Acordo de Individualização da Produção |
| ANP | Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis |
| CPP | Contrato de Partilha da Produção |
| EGV | Equalização de Gastos e Volumes |
| GCF | Gerência de Controle e Finanças |
| SGPP | Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção |
| RAC | Reunião de Análise Crítica |

* 1. Auditoria interna: tem por objetivo a análise dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Pré-Sal Petróleo.
  2. Auditoria externa: tem por objetivo a emissão de parecer sob a ótica de uma instituição independente sobre as demonstrações contábeis da Pré-Sal Petróleo.
  3. Auditoria no Operador: é a auditoria realizada nas instalações do Operador tendo por finalidade o cumprimento de preceito contratual de reconhecimento definitivo de custo em óleo ou atendimento de auditoria específica.
  4. CPP: Contrato de Partilha de Produção, onde a propriedade do recurso permanece sob o poder do Estado e a empresa operadora é contratada para explorar e produzir petróleo e gás natural, tendo como retorno uma parcela da produção.
  5. Relatório de Monitoramento: relatório preparado no SGPP com o resultado dos testes de monitoramento realizados rotineiramente como parte do processo de acompanhamento do reconhecimento de custo em óleo. O monitoramento é atividade de rotina não implicando necessariamente na conversão em uma auditoria, mas que se gerada é parte normal do processo.
  6. Relatório de Auditoria no Operador: relatório inserido no SGPP com o resultado consolidado dos exames de auditorias, juntamente com o plano de ação com as recomendações de auditoria. As auditorias podem ser programadas, realizadas dentro do prazo prescricional dos contratos de partilha ou não programadas, resultantes das atividades de monitoramento ou recomendadas pelas áreas técnicas.
  7. SGPP: Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção planejado para atender ao gerenciamento dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural.

1. **Autoridade e Competências**
   1. **Aprovação e Atualização**

A versão inicial e as revisões desse documento devem ser aprovadas conforme a Estrutura de Comitês de Governança prevista no Modelo de Governança dos Processos. As revisões no procedimento e no fluxograma (Padrão de Processo - Anexo I) do processo de Fiscalização (subprocesso: Monitoramento e Auditoria) deverão ser realizadas simultaneamente e de acordo com o Ciclo de Revisão dos Processos (detalhamento no Anexo V deste documento), visando incorporar melhorias e novos sistemas, atender às políticas, diretrizes e padrões da empresa, deliberações da Diretoria, além de leis, decretos e resoluções da ANP.

* 1. **Responsáveis pela Execução**

São responsáveis pela execução do processo os colaboradores das áreas técnicas e administrativas indicados para analisar as informações recebidas, identificar não conformidades e propor ações corretivas. Para detalhamento dos Papéis e Responsabilidades vide Anexo II deste documento.

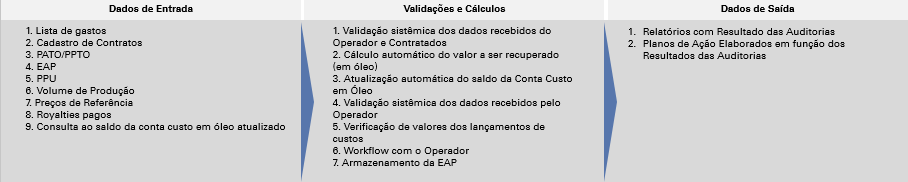
1. **Descrição**
   1. **Descrição Geral do Processo**
2. O processo de Monitoramento contempla as seguintes etapas:

* Recebimento da equipe técnica dos dados referentes aos processos da Pré-Sal Petróleo que servem de insumo para o processo de Monitoramento (reconhecimento de custos, recuperação do custo em óleo e EGV) com as indicações ou não para auditoria;
* Análise dos gastos não reconhecidos e sujeitos a reexame;
* Verificação do cumprimento de padrões das rotinas das atividades de CPP, AIP e Comercialização;
* Elaboração de plano de ação quando forem identificadas oportunidades de melhorias no processo de reconhecimento de custo em óleo;
* Disponibilização dos Relatórios de Monitoramento e Planos de Ação para as áreas envolvidas e para conhecimento da Diretoria Executiva das ações em andamento.

1. O processo de Auditoria contempla as seguintes etapas:

* Planejamento, programação e execução de Auditorias para Reconhecimento Definitivo do Custo em Óleo;
* Planejamento, programação e execução de Auditorias recomendadas pela equipe técnica ou decorrentes da análise da própria Fiscalização;
* Planejamento, programação e execução de outras Auditorias de interesse da Pré-Sal Petróleo;
* Comunicação dos resultados de Auditoria à Diretoria Executiva e aos Gestores Executivos dos Contratos (e respectivos Operadores) e Equipe Técnica;
* Acompanhamento da implementação dos Planos de Ação com as recomendações de Auditoria.
  1. **Validações e Cálculos do SGPP**

Para execução do processo de Fiscalização (subprocesso: Monitoramento e Auditoria) ter-se-á amplo acesso aos processos e bancos de dados do SGPP, outras fontes disponíveis na Pré-Sal Petróleo e/ou dados solicitados ao Operador.

 Figura 1: Validações e Cálculos do Processo

* 1. **Procedimento de Fiscalização (Monitoramento e Auditoria) dos CPPs e AIPs**

O referido processo tem como gatilhos os demais processos executados na Pré-Sal Petróleo: “Reconhecimento de Custos”, “Recuperação do Custo em Óleo” e “EGV”, além do insumo elaborado pela própria área de Assessoria Especial de Fiscalização: “Plano de Fiscalização (Monitoramento e Auditoria) ”.

O processo que dá sustentação a este procedimento está baseado nas seguintes atividades:

* + 1. **Planejamento da Fiscalização – Atividades 1 a 7, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

A etapa de Planejamento da Fiscalização deve ser realizada pela Assessoria Especial de Fiscalização através de atividades que suportem a inclusão dos dados no Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP) conforme o formato e o prazo definidos previamente.

O Planejamento da Fiscalização é um insumo da Assessoria Especial de Fiscalização para execução de suas funções, conforme a seguir:

* Definir os tipos de testes a serem analisados nos CPPs e nos AIPs, como:

1. Verificação dos Planos Anuais de Trabalho e Orçamento aprovados dentro de períodos a serem abrangidos por Auditoria;
2. Verificação se as Autorizações de Dispêndios e *Ballots* Aprovados estão aderentes aos respectivos Planos Anuais de Trabalho e Orçamento;
3. Verificação se os Relatórios Mensais de Atividades e Autorizações de Dispêndios estão aderentes aos *Ballots* Aprovados e aos Planos Anuais de Trabalho e Orçamento;
4. Verificação se as Listas Mensais de Gastos estão coerentes e alinhadas com os Relatórios de Atividades, Aquisições de Bens e Serviços Utilizados no Contrato de Partilha, Autorizações de Dispêndio e *Ballots* Aprovados;
5. Verificação da aderência dos Serviços Prestados versus Contratos do Operador e respectivos valores; e Aquisição de materiais/ equipamentos aderentes aos respectivos fornecedores.

* Definir os pontos críticos/ significativos a serem testados em razão:

1. Da Materialidade – Aplicação do modelo de Pareto 80/20 nas Auditorias, uma vez que mais de 90% dos custos estão concentrados em menos de 20% dos contratos utilizados pelo Consórcio;
2. Da Relevância – Será analisada na Auditoria a importância relativa de determinado item auditado no contexto do CPP ou do AIP;
3. Da Criticidade – Será analisado o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais que deverá ser controlado, visto que representam elementos de vulnerabilidade, fragilidades e pontos de controles relativos aos CPPs ou AIPs analisados.

* Definir os dados necessários para realizar os testes, como:

1. PATO, AFE, Lista de Gastos, Relatórios de Atividades, Contratos, EAP, Timesheet, *Ballots*.

Concluído o planejamento, avalia-se a necessidade de realização de um monitoramento mais abrangente ou uma auditoria específica em razão dos pontos identificados, definindo-se a forma de realização e as amostragens adequadas.

Avaliada a necessidade de realização de auditoria específica ou especial, será elaborado e formalizado no SGPP o planejamento da Auditoria, seguindo-se todos os ritos necessários à sua execução tais como: comunicação formal ao Operador, área ou atividade objeto da Auditoria e dados necessários para realização do exame.

* + 1. **Obtenção de Dados – Atividades 8 a 9, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Após a etapa de planejamento (6.3.1), a Assessoria Especial de Fiscalização obterá, via SGPP, os dados necessários para realização dos exames de auditoria específica ou especial nos seguintes processos:

* “Reconhecimento de Custos”;
* “Recuperação do Custo em Óleo”; e
* “EGV[[1]](#footnote-1)”.

Caso haja necessidade de dados não disponíveis no SGPP, a Assessoria Especial de Fiscalização solicitará os mesmos aos Gestores (Gerentes Executivos de CPPs e Gerentes Executivos de AIPs) para que os obtenha junto ao Operador.

O meio de comunicação é o SGPP, onde as áreas mencionadas devem enviar via *workflow* as informações solicitadas pela Assessoria Especial de Fiscalização para realização de suas atividades (monitoramento[[2]](#footnote-2) e auditoria).

* + 1. **Testes de Monitoramento – Atividades 10 a 14, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Os monitoramentos serão realizados tendo como fonte de dados e de consultas o próprio SGPP e documentações adicionais, caso necessárias, que serão solicitadas aos Gerentes Executivos dos CPPs ou AIPs.

Observação: Quando da implementação do SGPP, é necessário prever que o sistema deverá ser capaz de gerar *queries* específicas para realização da atividade de monitoramento do reconhecimento de custo em óleo; ou verificar se o sistema poderá gerar dados específicos para fins de monitoramento.

Caso no monitoramento sejam identificados os pontos dignos de tratamento específico, a Assessoria Especial poderá solicitar, via *workflow* no SGPP, informações adicionais visando aprofundar suas análises, comunicando ao Gerente do CPP ou do AIP os resultados obtidos e ações que devam ser tomadas.

* + 1. **Resultados do Monitoramento – Atividades 15 a 24, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

O SGPP deverá ser capaz de produzir e emitir “Relatórios dos Resultados de Monitoramento” seja por meio de *queries* ou outro sistema.

A análise do Relatório de Resultado do Monitoramento permitirá a geração de Planos de Ação a serem implementados pelo Gerente do CPP ou AIP com o objetivo de endereçar as oportunidades de melhorias registradas no Relatório.

O Relatório de Resultado do Monitoramento e o Plano de Ação decorrente devem ser armazenados no SGPP e enviados à Diretoria Executiva por e-mail para conhecimento e avaliação se o assunto deve ser inserido para acompanhamento nas RACs (Reuniões de Análise Crítica) trimestralmente.

Caso determinado assunto identificado no monitoramento esteja sujeito a uma decisão formal da Diretoria Executiva, o Assessor Especial de Fiscalização emitirá Proposta de Resolução da Diretoria (PRD) para que seja colocado em pauta e deliberado pelo colegiado.

Após deliberação da Diretoria Executiva com a competente orientação pertinente ao caso, a Assessoria Especial de Fiscalização atualizará o Relatório de Monitoramento e seu Plano de Ação e dará conhecimento às áreas envolvidas, via *workflow* no SGPP, para as devidas providências.

* + 1. **Auditoria no Operador – Atividades 25 a 31, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Independentemente do acompanhamento do plano de ação para saneamento de não conformidades registradas no Relatório de Resultado do Monitoramento, há necessidade de realização de auditoria no Operador (programada) para reconhecimento definitivo de custos em óleo dentro dos prazos prescricionais previstos nos Contratos de Partilha.

Além disso, existe a possibilidade de a qualquer tempo serem realizadas auditorias específicas no Operador, conforme necessidade identificada pela Gestora dos Contratos de Partilha (Pré-Sal Petróleo S.A.)

Caso seja necessária a realização de auditorias específicas, o Assessor Especial de Fiscalização elaborará o planejamento necessário. Os dados e documentações de suporte deverão ser obtidas via SGPP ou solicitadas ao Gerente Executivo do CPP ou do AIP providenciar junto ao Operador.

As auditorias no Operador serão formalmente comunicadas pelos Gerentes dos Contratos de Partilha ou AIPs.

* + 1. **Consolidação e Análise Final dos Dados – Atividades 32 a 41, ilustradas no Padrão de Processo (Anexo I)**

Os resultados de Auditoria no Operador serão consolidados num Relatório de Auditoria que será formalmente encaminhado ao mesmo para conhecimento, objetivando os acatamentos ou contestações das recomendações nele contidas.

No caso de contestação por parte do Operador, serão obedecidas as instâncias, os ritos e os prazos previstos no respectivo Contrato de Partilha e seus anexos.

Findo o prazo de contestação e feitos os ajustes no Relatório, caso necessários, as recomendações de auditoria remanescentes serão transformadas em Planos de Ação para fins de acompanhamento de suas implementações.

O Relatório Final de Auditoria no Operador, assim como o Plano de Ação com as recomendações de auditoria serão alimentados no SGPP, devendo ter saídas específicas destinadas ao público interno (Pré-Sal Petróleo) e ao Operador, por motivos óbvios que são as diversidades de interesses de cada parte.

* 1. **Monitoramento do Processo**
     1. **Monitoramento Gerencial (Indicadores de Performance do Processo):**

O Processo de Monitoramento e Auditoria dos CPPs e AIPs deve ser suportado por Indicadores de Performance do Processo, conforme detalhamento no Anexo III. O Modelo de Governança dos Processos prevê a sistematização desses indicadores com a realização do ciclo periódico de acompanhamento dos indicadores que envolve os Comitês Diretivo, Executivo e de Especialistas com as seguintes atividades:

1. Analista responsável pela gestão dos indicadores do subprocesso de Monitoramento e Auditoria dos CPPs e AIPs deve gerar os indicadores e enviá-los via e-mail para análise do Comitê Executivo e do Comitê de Especialistas;
2. Comitê Executivo e Comitê de Especialistas devem avaliar os indicadores gerados para cada processo em reunião e aprovar o envio ao Comitê Diretivo; e
3. Comitê Diretivo e Comitê Executivo devem avaliar os resultados em reunião e elaborar plano de ação para os desvios apresentados. Arquivar resultados no SGPP ao final desse ciclo periódico.

Os indicadores (detalhamento no Anexo III deste documento) previstos para o processo de Monitoramento e Auditoria dos CPPs e AIPs são:

* Validação dos custos reconhecidos para auditorias programadas (dentro do prazo prescricional) e não programadas (atendimento de necessidades específicas)
* # itens indicados para auditoria pelas áreas técnicas
  + 1. **Revisões Periódicas**

Deve estar previsto no Plano de Fiscalização a verificação de todos os documentos que precisam ser arquivados em meio físico ou digital. Conforme a tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Processo** | **Documentos que devem ser arquivados** | **Meio físico e/ou digital** |
| AIP | Acordo de Confidencialidade | Meio físico e digital |
| AIP | AIP | Meio físico e digital |
| AIP | Acordo de Gestão e seus anexos | Meio físico e digital |
| AIP | Contrato de Consórcio | Meio físico e digital |
| AIP | Ofícios ANP | Meio digital |
| AIP | Correspondência entre as Partes | Meio digital |
| AIP | PD | Meio físico e digital |
| AIP | PAD | Meio físico e digital |
| AIP | Atas de reunião | Meio digital |
| AIP | NT | Meio físico e digital |
| EGV | Planilhas com gastos e volumes enviadas pelo Operador | Meio digital |
| EGV | Correspondência entre as Partes | Meio digital |
| EGV | NT | Meio físico e digital |
| Recuperação de Custos | Ballots | Digital |
| Recuperação de Custos | Lista de Contratos e seus Anexos | Digital |
| Recuperação de Custos | Autorização de Gasto (AFE) | Digital |
| Recuperação de Custos | Plano Anual de Trabalho e Orçamento | Digital |
| Recuperação de Custos | Relatórios de atividades | Digital |
| Recuperação de Custos | Tabela de HH e Secondees | Digital |

* 1. **Prazos**

Em caso de necessidade de auditoria não programada no Operador (presencial) será observada as mesmas regras de comunicação daquelas previstas para as auditorias de reconhecimento definitivo de custo em óleo cujo prazo prescricional é de 5 (cinco) anos.

1. **Índice de Revisões**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ÍNDICE DE REVISÕES | | | | | | | | | | |
| REV. | DESCRIÇÃO | | | | | | | | | |
| 0 | Original | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | | |
|  | | ORIGINAL | REV. 1 | REV. 2 | REV. 3 | REV. 4 | REV. 5 | REV.61 | REV. 7 | REV. 8 |
| DATA | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ELABORADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REVISADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| APROVADO POR: | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

1. **Anexos**
   1. **Anexo I - Padrão de Processo**



Figura 2: Macrofluxograma do Processo

* 1. **Anexo II - Matriz de Papéis e Responsabilidades**



Figura 3: Matriz de Papéis e Responsabilidades do Processo

* 1. **Anexo III - Indicadores de Performance do Processo**



Figura 4: Indicadores de Performance do Processo

* 1. **Anexo IV - Mapa de Interface dos Processos**

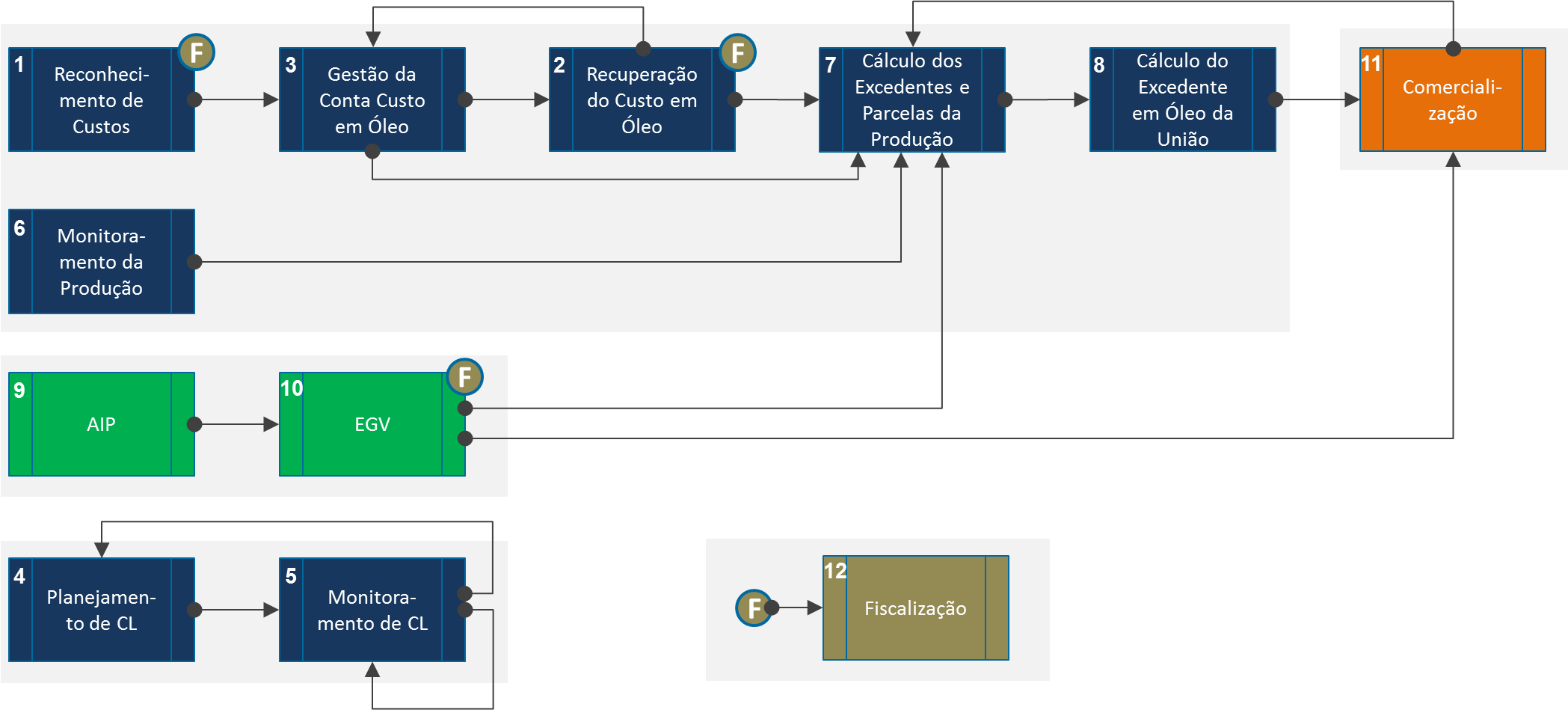


Figura 5: Mapa de Interface dos Processos

* 1. **Anexo V - Proposta de Cronograma para Revisão dos Processos**



Figura 6: Cronograma de Revisão dos Processos

1. No processo de EGV, caso a GCF identifique que existe a necessidade da Assessoria Especial de Fiscalização verificar algum ponto, dado ou justificativa enviada pelo Operador, antes de finalizar a equalização dos gastos, é enviado pelo GCF uma solicitação de análise/teste desses dados. Portanto o processo de EGV também pode ser um input para iniciar os testes de verificação. [↑](#footnote-ref-1)
2. Os testes de Monitoramento são os testes de rotina e de controles internos, que serão definidos no Plano de Fiscalização, para avaliar se as atividades executadas pelas áreas estão adequadas às normas, procedimentos e políticas da empresa. [↑](#footnote-ref-2)